



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0009969-05.2014.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**  
 Autor: **Justiça Pública**  
 Réu: **Rogério Paulino da Silva**

Justiça Gratuita

Vistos.

ROGÉRIO PAULINO DA SILVA foi denunciado como incurso no artigo 33, caput da Lei nº 11.343/2006. Auto de exibição e apreensão a fls. 20. Recebida a denúncia, o acusado foi citado e apresentou defesa, não sendo o caso de absolvição sumária. Foi realizada audiência, em que foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a condenação do acusado nos termos da denúncia. E a defesa pleiteou o decreto absolutório.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme declarou o policial militar Renato, o acusado foi avistado no exato momento em que saía de um terreno e – ato contínuo - entregando algo para o motorista de um veículo. O veículo fugiu e o acusado detido, sendo que em poder do acusado, em sua mão, havia cocaína, e em seu bolso havia maconha e quase quinhentos reais em dinheiro. Narra o policial que o terreno vazio de onde viera o réu foi encontrada mais cocaína, acondicionada da mesma forma que aquela que o acusado trazia nas mãos.

No mesmo sentido foi o depoimento do policial militar Wilson.

Ambos os depoimentos foram colhidos sob o crivo do contraditório e da ampla defesa. Nada infirma o valor probatório das declarações dos policiais. Não existem contradições ou incongruências significativas nas declarações dos policiais capaz de sugerir que estivessem falseando os fatos, ou mesmo que o seus relatos não correspondessem à dinâmica de tráfico que transpira dos autos.

O acusado foi surpreendido em situação típica de traficância. É segura a prova no sentido de que o réu realizava tráfico.

Ademais, o acusado não tinha petrechos para o consumo de drogas consigo, tampouco em sua casa, onde foram realizadas buscas. Ao mesmo tempo, tinha em seu



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CRIMINAL**

**RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140**

**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

poder R\$ 481,00, cuja origem não foi demonstrada e cuja posse é também sugestiva de tráfico, ou seja, tinha em seu poder quase quinhentos reais em dinheiro às oito horas da noite de uma sexta-feira, em meio à rua.

Some-se que a quantidade e a diversidade de drogas é seguro fator indicativo de que o acusado realizava o tráfico.

A propriedade fármaco dependente das substâncias apreendidas nos autos está demonstrada pelo laudo de exame químico-toxicológico.

Procede a acusação.

Passa-se à fixação da pena.

Fixo a pena no mínimo legal de 5 anos de reclusão e 500 dias-multa. Presentes os elementos que autorizam o reconhecimento da forma privilegiada, reconheço-a e reduzo a pena de 2/3, perfazendo o total de 1 ano e 8 meses de reclusão e 166 dias-multa.

Considerando que a quantidade de drogas não é elevada, bem como que o acusado possui ocupação lícita, não ostenta antecedentes criminais e estava em condição de vulnerabilidade severa ao tempo do fato, conforme se depreende do relatório médico feito por ocasião do exame de verificação de sanidade mental em apenso, estabeleço o regime aberto para o início do cumprimento de pena.

Todavia, considerando a gravidade do fato, o acusado não faz jus à substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direito, nem ao sursis.

Estabeleço o valor do dia-multa no mínimo legal.

Ante o exposto, JULGA-SE PROCEDENTE o pedido contido na denúncia e condenando-se o réu ROGÉRIO PAULINO DA SILVA à pena de um ano e oito meses de reclusão, em regime aberto, e cento e sessenta e seis dias-multa, por infração ao artigo 33, parágrafo 4º da Lei nº 11.343/2006.

P.R.I.C.

São Carlos, 08 de setembro de 2015.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**